



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Acácio Favacho – MDB/AP)

Requer, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de debater os impactos do reajuste na tarifa, cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia elétrica para consumidores do Amapá.

Requeiro, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvidos os demais membros deste colegiado, a realização de audiência pública para debater o reajuste anual na tarifa de energia elétrica para os consumidores do Amapá, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em dezembro de 2022, atingindo uma média de aumento de 33,29% na baixa tensão e de 44,87% na alta tensão. Além disso, visa esclarecimentos a respeito de cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia, bem como obras sem cronograma definido, demora no atendimento e descaso com os consumidores.

Com vistas a esse objetivo, sugiro os seguintes convidados:

- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá;
- Representante da Equatorial Energia;
- Representante do Ministério Público do Estado do Amapá;
- Representante do Instituto de Defesa do Consumidor do Amapá (PROCON/AP).





Justificação

A empresa Equatorial Energia assumiu em junho de 2021 as atividades de distribuição do serviço de energia elétrica no estado do Amapá, após contrato de concessão por um período de 30 anos. Desde então, o Estado passou a ser agente regulador no processo de distribuição de energia e, junto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), devem acompanhar as tratativas referentes aos ajustes tarifários.

A nova diretoria da Equatorial apresentou as ações previstas para melhorar e otimizar o serviço no estado, que nos últimos anos sofre com constantes interrupções no fornecimento, alta da tarifa e em novembro de 2020 encarou 22 dias de crise energética com o apagão. Entre os investimentos, o grupo Equatorial anunciou investimentos de R\$ 1 bilhão nos próximos 5 anos, além de inclusão de 12 mil famílias na tarifa social para descontos na conta de luz.

Em dezembro de 2022, as tarifas de energia no Amapá aumentaram em média 36,08%, sendo o reajuste anual aprovado pela Aneel bem superior ao das demais concessionárias de distribuição do país. Uma ação civil pública pede que a Justiça Federal anule o reajuste. O pedido de anulação foi protocolado pelo Ministério Público Federal, com assinaturas das defensorias públicas da União (DPU) e do Estado do Amapá (DPE/AP). O documento também cita que o Conselho de Consumidores de Energia do Amapá não foi notificado sobre o reajuste.

É importante ressaltar que a empresa Equatorial já atua no setor de distribuição de energia no Brasil, em outras 6 concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul e Goiás, onde as reclamações sobre a qualidade na prestação do serviço motivaram ações como a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Equatorial, da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), requerimento de criação de CPI no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (Requerimento nº 1583/2023, do Deputado Estadual Roberto Góes), além da aprovação de Requerimento de Auditoria nas ações da ANEEL na regulação da CEEE Equatorial no Rio Grande do Sul (Req 277/2023 do Deputado Federal Daniel Trzeciak).

No intervalo de apenas 3 anos, a empresa vem recebendo constantes reclamações de consumidores do Amapá acerca da baixa qualidade dos serviços





CÂMARA DOS DEPUTADOS

prestados, como: descontinuidade do fornecimento de energia elétrica, quedas abruptas que causam prejuízos materiais aos usuários, demora no diagnóstico dos problemas e na resolução das demandas, descaso com chamados urgentes, inoperância da central de atendimento, cobranças excessivas, reajustes abusivos dentre outros, ou seja, distante do que se pode considerar um serviço de qualidade e de eficiência.

Diante do exposto, o requerimento proposto visa cumprir o papel desta Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, solicitando aos convidados esclarecimentos que garantam a transparência e a responsabilidade na implementação de decisões que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. Além disso, acreditamos que a ANEEL precisa esclarecer se vem exercendo a sua função de fiscalização de forma ativa e rigorosa em relação à Equatorial Energia - CEA, pois somente a fiscalização adequada, permanente e efetiva garantirá que a empresa concessionária preste melhor serviço à população.

Espero contar com o apoio dos nobres pares desta comissão para que possamos obter os esclarecimentos necessários acerca desse importante tema para o desenvolvimento urbano do nosso país.

Sala das Sessões, _____ agosto de 2023


Deputado Acácio Favacho
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
MDB/AP

